

Ingresso de dinheiro novo revisto para baixo

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

Por trás das contas externas que estão sendo projetadas pelo Banco Central (BC), para a ponta de final do ano, existe uma orientação relevante. Todos os números relacionados a ingresso de dinheiro novo foram revistos propositadamente para baixo.

No entender de uma categorizada fonte do governo, ao reduzir ao mínimo as projeções de ingresso de divisas no País neste ano — na verdade, uma atitude de cautela, que pode ter algum peso no processo de entendimento com os credores externos —, o BC não está antecipadamente descartando as chances de que recursos adicionais venham efetivamente fluir ao País ainda em 1987.

O governo brasileiro, a despeito dos números traçados na nova reavaliação das contas externas — este é um exercício feito trimestralmente e o documento relativo ao mês de maio deve ser divulgado junto com o plano de consistência macroeconômica —, continua contando com novas liberações de recursos dos organismos de crédito internacional e até mesmo das reticentes agências de financiamento ao comércio externo, vinculadas aos governos credores.

As perspectivas, portanto, na avaliação da mesma fonte, continuam em aberto. Isto é particularmente importante quando se analisam os US\$ 920 milhões que agora estão sendo pro-

jetados como ingresso de dinheiro novo do Banco Mundial (BIRD) — a estimativa anterior, feita em fevereiro, previa a entrada de US\$ 2 bilhões daquele organismo. Na reavaliação, o BC decidiu usar exatamente o valor que corresponde a contratos assumidos até dezembro passado e cuja liberação está assegurada para o correr deste ano.

“Este é o piso mínimo, cuja entrada temos garantida”, observou outra conceituada fonte, habituada aos exercícios de projeção das contas externas do País. O governo brasileiro, no entanto, mantém negociações com o BIRD Mundial para conseguir a liberação ainda neste ano de recursos adicionais, referentes a contratos já formalizados no passado, mas cujo desembolso está na dependência de acertos técnicos em torno de projetos de desenvolvimento.

Também junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) desenvolve-se um esforço para que o desembolso efetivo de empréstimos este ano supere os US\$ 300 milhões contidos na mais recente estimativa.

Além disto, há quem considere no governo extremamente modesta a nova posição de US\$ 250 milhões de recursos originários de créditos das agências governamentais e, ainda, a expectativa de resultado líquido nulo para a conta de investimentos estrangeiros.

Existe, de fato, uma

grande diferença entre os números do balanço de pagamentos, conforme foram projetados em fevereiro em comparação com as últimas estimativas: “Antes, houve uma superavaliação, pois imaginar que as agências governamentais ingressariam com US\$ 1,192 bilhão este ano não deixa de ser um exagero, mas é possível que nesta versão as indicações estejam sendo subavaliadas”, atestou a primeira fonte do governo, incluindo o próprio saldo esperado com as transações da balança comercial no rol dos números moderados.

Caso o superávit comercial ultrapasse os US\$ 8,6 bilhões indicados na última montagem do balanço de pagamentos em mais US\$ 1 bilhão, a necessidade adicional de financiamento externo para fechar as contas em equilíbrio seria de US\$ 757 milhões, e não de US\$ 1,757 bilhão projetado agora.

Com segurança, o governo conta até agora com os US\$ 4,340 bilhões que correspondem à moratória decretada sobre os juros devidos aos bancos credores.

Mesmo com valores mais modestos quanto ao ingresso de recursos dos organismos oficiais e agências governamentais — no total a estimativa numérica caiu de US\$ 2,631 bilhões para US\$ 1,235 bilhão — o balanço de pagamentos deverá apresentar superávit este ano.

É importante lembrar que a decisão do ministro da Fazenda de não efetivar o pagamento das amortizações tanto do primeiro semestre quanto do segundo semestre deste ano, relativas às dívidas contraídas junto às agências dos governos que têm assento no Clube de Paris, em nada afetou a recente montagem do balanço de pagamentos.

Já em fevereiro, quando se fez a primeira projeção

para o ano das contas externas, não foram contabilizadas as saídas de divisas correspondentes às amortizações com o Clube de Paris — cerca de US\$ 975 milhões que venceriam este ano e que correspondem justamente aos contratos firmados até 31 de março de 1983, passíveis de acordo de reescalonamento.

Portanto, ao comunicar na terça-feira a decisão de manter retidas internamente aquelas amortiza-

ções, o ministro da Fazenda nada mais fez do que formalizar uma atitude que já estava prevista.

Os desembolsos do Brasil com relação à dívida de governo, este ano, continuam avaliados em US\$ 1,8 bilhão, sendo US\$ 1,2 bilhão correspondendo aos juros e US\$ 600 milhões ao principal, cujos contratos foram firmados depois do que se chama “cut-off date”, ou seja, além do final de março de 1983.